

TERMO DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO

TC: 016.387/2012-0

Tipo: Tomada de Contas Especial

Deliberação: Acórdão 9101/2018-TCU-2ª Câmara

Item verificado	Correto?		Não se aplica
	Sim	Não	
1. Os dados processuais estão corretos (número do processo, tipo etc.)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Grafia do nome do (s) responsável (is)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Número do CPF/CNPJ do (s) responsável (is)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Valor (e) do (s) débito (s) e/ou multa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
5. Data (s) do (s) débito (s)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
6. Número e data da deliberação recorrida (em caso de recurso)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Cofre credor (Conforme Anexo III do Manual de CBEX)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
8. Em caso de débito solidário, a solidariedade está explícita no acórdão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
9. Em caso de aplicação de multa a mais de uma pessoa, está explicitado que o valor da multa é individualmente a cada um dos responsáveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
10. Coincidência entre a proposta de mérito da unidade e o acórdão quanto ao (s) valor (es) e data (s) do (s) débito (s) *	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
11. Inclusão de autorização expressa para a cobrança judicial do débito, na forma da lei, caso não seja atendida a notificação, ou solicitação de desconto em folha da dívida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
12. Identificação dos representantes legais (tanto no Acórdão como na pauta de julgamento) **	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

(*) Em caso de divergência, verificar se a alteração não se encontra justificada no voto do relator ou do representante do Ministério Público junto ao TCU.

(**) Basta que no Acórdão e na pauta de julgamento esteja identificado um dos representantes legais, de preferência aquele que atuou nos autos ou àquele que ficou incumbido de receber as notificações. Se houver a falta de identificação do representante legal no acórdão, basta a correção de erro material. No entanto, se a falta da identificação for na pauta de julgamento, é motivo de nulidade do acórdão, devendo-se remeter proposta ao Ministro-Relator para novo julgamento.

Atesto, quanto aos itens acima indicados, que **não foi identificado erro material no Acórdão em exame**, encontrando-se o presente processo em condições de prosseguimento.

Secex-RO, em 15/3/2019.

Assinado Eletronicamente
JERSON LIMA DE BRITO
TEFC – Matrícula 3418-5